

Dos contextos nas práticas de leitura

João Luís LISBOA¹

Resumo: Perante a diversidade das situações de comunicação, os mesmos textos deixam de ser os mesmos, bem como os seus significados. Para além do que envolve o leitor e o modo como lê, este artigo aborda as relações entre ler, ouvir, ver e lembrar, distinguindo-se credibilidades, impondo-se partilhas ou exclusões, para além da racionalidade estrita do que está escrito. Estas reflexões têm em conta a actual aparente disponibilidade total de textos, músicas, espectáculos em todos os formatos, bem como situações concretas da evolução da cultura escrita nos últimos séculos.

Palavras-chave: leitura; cultura escrita; bibliotecas; Frei Manuel do Cenáculo.

Los contextos en las prácticas de lectura

Resumen: Dada la diversidad de escenarios de Comunicación, los textos ya no son lo mismo ni sus significados. Para adelante de lo que engancha al lector y sus modos de lectura, esta investigación analiza las relaciones entre la lectura y los actos de escuchar, mirar y recordar, distinguiendo credibilidades, imponiendo divisiones o exclusiones, además de la racionalidad estricta de lo que está escrito. Estas reflexiones tienen en cuenta el concepto de disponibilidad total de textos, músicas y espetáculos en distintos formatos, además de situaciones concretas del desarrollo de la cultura escrita en los últimos siglos.

Palabras clave: Lectura, Cultura escrita, Bibliotecas; Fray Manuel do Cenáculo

Começo por um exemplo que, aparentemente, tem pouco que ver com a leitura. Num livro publicado em 2014, Nicola Piovani, conhecido pelas bandas sonoras premiadas de vários filmes, dizia reconhecer-se sobretudo como ouvinte, mais do que como maestro, arranjador, compositor ou pianista. Para se explicar, expunha a diversidade das formas de ouvir. Passando ao

¹ Professor na FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Foi director do Centro de História da Cultura da UNL entre 2004 e 2014 e responsável nesta unidade de investigação pelo grupo “Livro e leitura”. Actualmente faz parte do grupo “Leitura e formas da escrita” do CHAM. Foi director do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

lado do que seja “apenas ouvir”, Piovani elenca um grande número de situações onde as pessoas se relacionam com a música. Com os gira-discos, no quarto de dormir ou com o mesmo gira-discos em festas (ou com os correspondentes tecnológicos dessas velhas máquinas, através de phones enfiados nas orelhas e a atenção isolada do rebuliço exterior), ou na praia com uma guitarra, ou numa igreja, respondendo a um sacerdote, ou dançando numa noite de carnaval ou numa rave party, com tecno e substâncias químicas, ou entoando o nome de um futebolista num estádio, ou meditando num mosteiro ao som de um coro masculino, ou num concerto rock, sob o peso de milhões de decibéis, ou numa festa popular camponesa ao ritmo da taranta, ou seduzido pelo jingle publicitário de uma bebida, ou numa cerimónia fúnebre, ou num assobio ou num trautear acompanhando o ritmo de trabalho, ou num registo que procura estimular um paciente em coma, ou nas escolhas e misturas dos DJ, ou no som de um gaiteiro que anuncia o Natal, ou numa canção de embalar que uma mãe canta baixinho².

Devemos ainda acrescentar todas as formas que se associam à formação e idiosincrasias de cada ouvinte. Quantas pessoas, entre dezenas de milhares que se juntam no Estádio da A.S. Roma, reparam que o nome de Francesco Totti é entoado com um intervalo de terceira menor descendente, seguido de uma quarta ascendente e uma segunda descendente? Temos por certo que uma percentagem esmagadora dos ouvintes não sabe ler uma pauta, não analisa, nem identifica os sons. Mas atribui um sentido àquilo que ouve e reproduz.

Certamente mudam textos e frases. Mas a diversidade também existe onde aparentemente se partilha um mesmo texto. Ouvir uma missa numa igreja ou em ambiente laico, numa sala de concertos, tal como ouvir uma canção rock em disco ou ao vivo, funciona de modo totalmente diferente, ou eventualmente não funciona, dependendo da predisposição de quem ouve, e da importância que atribui ao que se ganha e ao que se perde. Nesses exemplos, muda a emoção que envolve o ouvinte, e muda também a sua capacidade de atenção aos elementos que o atraem. O que o ouvinte não é capaz de ouvir não existe, mesmo materialmente.

Destes exemplos não decorre a forma certa de ouvir, ou uma forma melhor do que as outras, já que qualquer das situações apresenta perdas e ganhos, a espiritualidade da igreja e o som que o próprio edifício produz, face ao despojamento e perfeição formal da sala, a excitação e a partilha no concerto ao vivo, com as suas coreografias próprias, e os sons que no disco existem e

² *La musica è pericolosa*, Milano, Rizzoli, 2014, pp.34-35.

que no concerto são eventualmente inaudíveis. Ou seja, o que está em causa não é apenas a diversidade das situações de comunicação dos mesmos textos. Deixaram de ser os mesmos. E com eles mudam os seus significados. Nicola Piovani abordava esta questão quando contava as suas histórias de ouvinte, sublinhando o quanto o incomodavam certas interferências, distraíndo-o daquilo a que gostaria de prestar atenção. E contava também o quanto por vezes se aborrece quando uma peça é interpretada fora do ambiente para o qual tinha sido concebida.

Fiquemos, de momento, na possibilidade de isolar um elemento de um conjunto. Nos dois exemplos que agora proponho as situações são inversas. A música retira-se e permanecem apenas imagens e palavras.

- 1 - Num ecrã projectam-se, sem som, sequências de dança. Pode ser um filme mudo, nos inícios do século XX, como pode ser hoje. Nos movimentos articulados dos dançarinos sentimos aquilo que não ouvimos. Certamente não se pode dizer que a dança não necessite da música, mas verificamos que o filme funciona, seja porque tem elementos suficientes para satisfazer quem o vê (os corpos que se movem) seja porque joga com uma memória do espectador;
- 2 - Na rua vendem-se folhas com letras das canções mais conhecidas do momento. São folhas que se desdobram e onde se podem também ver fotografias de artistas. Podemos estar numa cidade como a de Lisboa dos anos 60 e 70 do século XX. Mas não podia ser hoje. As letras atraem pela notoriedade recente das canções e dos cantores populares. Prolongam o prazer de quem os ouviu, em algum espectáculo, mas mais provavelmente na rádio. As folhas funcionam sem música porque existe a sua memória. E são veículo importante da difusão da leitura.

Nestes dois exemplos não se pode falar de mutilação, não vemos desvirtuar uma obra que só poderia resultar quando completa. Ao retirar-se um elemento (porventura o mais importante) da obra anterior, outra obra surgiu. Tal como acontecera com a missa ouvida em ambiente laico, pode ser que esta obra sem música aborreça o «ouvinte», agora surdo à força. Mas porquê dá-lo por certo?

As folhas volantes com os versos de canções da rádio no século XX têm antecedentes antigos e tradições paralelas noutras folhas, brochuras e livros. Refiro-me a publicações que vão dos folhetos que os cegos vendiam

nas ruas, no século XVIII, às peças de teatro que ainda em meados do século XX continuavam a mexer com quem as lia. Possivelmente lembrar-se-ão dos tempos em que se lia o Sttau Monteiro, o Bernardo Santareno, o Virgílio Martinho, bem mais do que se via as suas peças, e de como emocionavam, ainda há quarenta anos, o Galileu de Brecht ou a Yerma de Garcia Lorca. Dessa experiência, pouco resta para um leitor/espectador que veja essas peças num dispositivo portátil. É outra realidade.

Em todos estes casos, lê-se como quem ouve e como quem assiste. Lê-se com a memória, se não de uma peça em concreto, das situações em que aqueles textos funcionam. O contexto dá sentido ao que se lê e funciona em dois planos aparentemente divergentes. Um é o da presença remota ou próxima dos espectáculos, das situações dramáticas, a memória da arte. Outro é o da ausência das representações, do vazio compensado por leituras. Ou seja, para compreender muitos textos, há que ter em conta os vazios em que se inserem, e não apenas aquilo que ocupa o espaço em volta. O contexto será então o vazio, e não o perímetro ocupado. Certamente a noção de vazio é relativa e pressupõe um termo de comparação, termo de comparação talvez útil *a posteriori*, mas sem sentido retrospectivamente. Ou seja, aquilo que nunca existiu dificilmente será sentido como falta. Pelo contrário, hoje a utilidade dessas comparações vem de marcar, para quem olha à distância, as grandes diferenças de perspectiva.

Consideremos os textos de teatro lírico ou de modinhas vendidas no século XVIII. Para um indivíduo que comprava essas folhas, elas significavam um acrescento numa paisagem onde a música estava presente apenas nalguns momentos. Podia cantar numa taberna, ou numa igreja, podia tocar algum instrumento, mas as ocasiões não eram muito frequentes e as horas do dia pautavam-se pelos sons do trabalho e das vozes. Daí a força dos sinos. E também o impacto das folhas onde as músicas se reencontram em palavras. Se, no século XX, os discos e a rádio tornaram acessíveis sons outrora impossíveis de encontrar, hoje essa abundância seria escassez para os novos ouvintes. Existe um arquivo permanentemente aberto e sons que preenchem o quotidiano, acessíveis a qualquer momento. Era difícil de recuperar, no século XVIII, o som esquecido, ou vagamente lembrado, e hoje é difícil de entender o silêncio, ou a espera, e o que um e outro significavam em cada folheto ou festa.

No caso dos sons a paisagem mudou completamente. Mas também no caso da cultura escrita podemos falar genericamente do mesmo processo. Hoje todo

o saber do mundo está acessível em permanência, em papel, ou em registo magnético ou digital, o que altera significativamente o sentido que, para o leitor contemporâneo, pode ter cada texto. Tendo-se acesso a informação “em tempo real” (digamos, ao segundo), abandonam-se os ritmos informativos horários da rádio e diários da televisão de há algumas décadas, e resultam radicalmente exóticos os ritmos de informação do século XVIII que, na melhor das hipóteses eram semanais. Em todo o caso, a irregularidade desse acesso parece ter regressado, marcada não pelo meio, mas pela notícia, como se o digital fornecesse um balcão permanente para o mundo e tivesse deixado de fazer sentido um tempo mecânico.

A distinção de que falo não é entre o tudo e o nada. Um texto não é marcado apenas pelo facto de surgir na escassez ou na abundância. Mas sublinha-se a radical diferença entre um caso e outro. Daí também pensar-se que esse é um parâmetro a ter em conta quando se discutem as iniciativas para alargar o acesso à cultura escrita no século XVIII. Está em causa o que se dá a ler, mas também o próprio facto de se estimular a leitura, de se pensar que, através do livro, se abrem portas que até aí nem se consideravam. Quando se fala da expansão da imprensa, esse é o principal elemento a ter em conta. Como o livro impresso reproduz o livro manuscrito, e as formas de ler são tendencialmente as mesmas, a grande diferença está nas alterações qualitativas que a quantidade introduz a partir de finais do século XV na Europa. E não apenas num sentido de rotura, a acreditar em Antony Grafton, dado que práticas marginais que a oralidade suportava sobreviveram recorrendo ao impresso. As mudanças não podem ter deixado de se sentir a partir do momento em que a cultura escrita deixou de ser instrumento de especialistas para especialistas e se tornou instrumento de comunicação e acesso tendencialmente alargado.

Essas mudanças sentiram-se a diversos níveis. Referimos seis. 1 - Sentiram-se nas elites de cada reino e nas elites locais onde essa competência das letras passou a ser exigida; 2 - Sentiram-se no modo como se acantonou a cultura oral; 3 - Sentiram-se no modo como se diferiram relações de credibilidade da palavra; 4 - Sentiram-se na alfabetização do espaço urbano, das ruas, das funções; 5 - Sentiram-se na alteração das relações entre quem tinha acesso e quem não tinha aos instrumentos escritos; 6 - Sentiram-se, também, por conseguinte, no modo como uma necessidade se transformou numa nova exclusão. Esse último fenómeno, que não podia existir antes, toma-se hoje por absoluto.

Passamos então das formas de ouvir para as formas de ouvir palavras que se leem e para as formas de ler

sem ouvir. Que são também diversas. Folhas manuscritas, tabuletas afixadas, inscrições toponímicas e marcas de empresas e produtos, jogos, decretos, orações, desabafos, recados, fábulas, mensagens curtas em dispositivos electrónicos. Não me prendo agora no facto de que certamente se lê hoje muito, não querendo discutir qualidade das leituras, dos leitores ou dos seus objectos. Para já falo apenas da diversidade das formas, muitas vezes em torno dos mesmos textos, dos mesmos fragmentos. Uma frase da Bíblia lida em casa, individualmente ou em família, ou durante uma cerimónia religiosa, ou como epígrafe de uma fábula, ou estampada numa t-shirt, muda, mesmo sem considerar o que se leu ou viveu antes dessa leitura. E muda certamente se um livro é toda a cultura escrita a que alguém tem acesso, ou se é um entre milhares.

Num livro recente, Andrea Camilleri conta um episódio com cerca de 60 anos. Assistia a um ensaio de uma peça de teatro cujo texto se baseava em *O Processo*, de Kafka e, de repente, teve como que uma iluminação. Enquanto estava a ouvir o que o actor dizia, finalmente conseguia perceber, ou julgava perceber, aquele texto que já tinha lido. O actor soube do efeito que produzira e, mais tarde, enquanto jantavam, fez um pedido ao jovem Camilleri. Pediu-lhe que lhe explicasse o que tinha percebido, porque ele dizia aquele texto sem saber bem o que estava a dizer.³

Voltemos então ao século XVIII e ao preenchimento, pela cultura escrita, de espaços vazios. Preste-se atenção aos projectos de constituição de bibliotecas. Temos vários exemplos. São bem conhecidos aqueles cuja iniciativa coube a Frei Manuel do Cenáculo, em Beja, em Évora e em Lisboa. Para além dos catálogos, deixou-nos a sua concepção em pastorais e outros escritos. Tratava-se de uma preocupação alargada, nomeadamente entre figuras da igreja. Outro exemplo é da biblioteca de D. José Maria de Melo, bispo do Algarve, em 1787, que uma investigadora da FCSH, Patrícia Palma, refere no âmbito de um trabalho mais vasto sobre o modo como a cultura escrita se expandiu no Algarve nos finais do século XVIII e inícios do XIX. Um biógrafo deste bispo apresenta a sua biblioteca composta por “livros tocantes à ciência Bíblica, os melhores quanto ao texto e declarações dele, que podiam requerer as circunstâncias; de um corpo quase completo dos Padres de ambas as Igrejas; e das obras clássicas de Teologia e Direito Canónico, principalmente das que se publicaram entre os Católicos desde o meado do Século XVII. Ajuntou a este fundamento os bons livros de história quer Eclesiástica, quer Civil e os dos seus subsídios; as obras mais afamadas da

³ Andrea Camilleri e Tullio de Mauro, *La lingua batte dove il dente duole*, Bari, Laterza, 2014.

antiguidade Romana; e grande número das composições Portuguesas, ou nas matérias de piedade, ou na castidade e beleza de estilo, mais eminentes. Nem é preciso acrescentar que lhe não esqueceram os escritos célebres dos seus antecessores no governo da Igreja do Algarve; e sobretudo os do grande Jerónimo Osório, um dos maiores ornamentos da nossa literatura (...).⁴ A pergunta impõe-se: o que nos conta este acervo? O que é que ele traz de novo? À primeira vista, nada.

Tanto Frei Manuel do Cenáculo como D. José Maria de Melo estão, antes do mais, preocupados com a formação do clero, e colocam no topo das suas prioridades iniciativas para preencher o vazio que identificam. Pretendem criar condições para que fundos representativos dos saberes mais necessários a essa formação fiquem disponíveis regionalmente. Não se trata, nem num caso, nem no outro, de promover roturas, de causar inquietações, de por em causa as grandes verdades. Trata-se de tornar acessível, directamente, o saber, usando a palavra escrita como base de uma formação generalizada.

Cenáculo era mais explícito. Considerava que, à preparação dos sacerdotes, era necessário o estudo da Filosofia (ou seja, o que então eram as ciências da natureza e do homem). Esse estudo leva à distinção entre o que é a crítica e o que é o abuso da crítica, a deriva e o engano. E a leitura, para ele, fornece bases para o desengano. Fomenta um saber que se liberta da escolástica ultrapassada, que, contraria superstições, que leva a ver o que é natural no que se apresenta como misterioso. E nisso, o sacerdote tem um papel decisivo. Deve “ter luzes para se atrever com sagacidade e sabedoria a erros populares”.⁵ Daí juntar observação e leitura actualizada nos domínios da história natural e da física. Uma concepção mais aberta sobre a natureza, crítica das autoridades peripatéticas, não implicava o acesso universal aos livros. Mantinha a necessidade de mediações, mas alargava fortemente os âmbitos das leituras e o número de leitores.

Temos, pois, nestas iniciativas, o assumir de um lugar central da cultura escrita e o reconhecimento de necessidades de formação e de acção em que o livro é instrumento e o sacerdote um agente a formar com carácter de urgência. Temos a concepção de acervos e de espaços físicos. E temos, apenas em parte, novos textos, adaptados a um novo conhecimento da natureza. Como se a transformação de conteúdos fosse um segundo passo num processo onde a verdade é mais acessível pela existência da palavra escrita. Não são as intenções que mais importam, mas o modo como se entende esse acesso.

4 D. Francisco Alexandre Lobo, “Elogio Historico do Ex.mo e Rev.mo Bispo Inquizidor Geral D. José Maria de Mello” in *Obras*, t. II, Lisboa, Typ. José Baptista Morando, 1848, p. 29.

5 Cenáculo, *Instrução pastoral sobre os estudos físicos do seu clero*, Beja, 1786, p.6.

Os projectos de bibliotecas e os livros que os formam permitem-nos mostrar duas grandes diferenças de perspectiva, com as consequentes disputas conceptuais.

A primeira diferença envolve dois grandes historiadores franceses, Jean Delumeau e Michel Vovelle. Este último, tendo recorrido ao estudo de disposições testamentárias, via confirmada uma transformação que o estudo das ideias nos séculos XVII e XVIII já anunciara. As pessoas libertavam-se do peso da religião. Mudavam atitudes e formas de ver o mundo. Aumentava a distância entre os crentes e as orientações da igreja, nomeadamente o número daqueles que estabeleciam no seus testamentos a entrega dos seus bens (ou de parte deles) à igreja, ou requeriam um certo número de missas nos anos a vir. Falava de uma descristianização que se opunha à piedade barroca.

Delumeau, por seu lado, recusava esse conceito. Via a França desses séculos como um território desde sempre agreste e sem controlo nem uniformidade religiosa, que apenas então se estava a cristianizar. Ou seja, a expansão da formação do clero permitia, pela primeira vez, levar a palavra da igreja, a palavra escrita nomeadamente, a todo o território francês. Não se podia descristianizar o que não estava cristianizado, pelo que o século XVIII seria aquele em que a igreja conseguia finalmente criar uma rede de religiosos preparados, nomeadamente através da formação, da rede de ensino e da leitura.

Vovelle e Delumeau estariam a falar de dois países diferentes? ou dos mesmos livros? certamente partiam de perspectivas não apenas diferentes, mas estranhas. Há quarenta anos, Vovelle, perante os inquiridos que se faziam às bibliotecas setecentistas, escrevia que as listas de livros, com tanto latim e liturgia, não permitiam perceber como se chegou a 1789 e à revolução. É esse exactamente o problema. Pensar os livros como se fossem os mesmos. Como se o acesso à leitura não se fizesse em condições que alteravam os seus dados. Como se, no meio de tantas leituras que reproduziam modelos consagrados, não se aprendesse também a ler o contrário do que está escrito. Por exemplo, quanta promoção de Voltaire e a Rousseau não foi feita pelos seus críticos?

O conceito de descristianização poderá descrever um fenómeno lento que Vovelle notava nos testamentos e se pode notar em autores concretos. Será o caso de Anastácio da Cunha mas certamente não dos bispos que promoviam a leitura, ou outros, como Teodoro de Almeida, num proposito que corresponde ao movimento de que fala Delumeau

O que nos leva à segunda diferença de perspectiva. O problema que se coloca é a forma como se entende

o que são as Luzes. Recorremos a um dos mais prolíferos e comentados historiadores que actualmente se dedicam ao século XVIII. Jonathan Israel já escreveu milhares de páginas sobre as luzes radicais. Ainda recentemente saiu um novo livro, *Revolutionary Enlightenment*. É um feroz crítico de quem, como Darnton ou Chartier, trabalha sobre os suportes e as modalidades da leitura, porque aquilo que lhe interessa são as ideias expressas, em livro, jornal ou manuscrito, e o que podemos saber sobre os quadros ideológicos, os seus conflitos e os seus efeitos. Inquestionavelmente um erudito, fornece abundante informação. Creio que, independentemente de se não concordar, o seu trabalho é útil. Mas não é isso que realmente aqui me traz. Refiro-o pelo modo como trata casos como os dos nossos bispos bibliófilos.

Em vários dos seus livros, explica porque é que é contrário ao conceito de despotismo esclarecido. Ou seja, o despotismo, neste quadro, nunca pode ser “enlightened”. E fala tanto de Frederico II como de Sebastião José, entre outros, para fundamentar a sua posição. Se o “Enlightened despotism”, não é “Enlightenment” coisa nenhuma, será o quê, do ponto de vista das ideias, do conflito que opõe modernidade e tradição, razão / ciência e superstição? Um pensamento que se opõe ao ensino silogístico e aos argumentos de autoridade, que defende o ecletismo filosófico e a superioridade da filosofia moderna, que procura em causas naturais explicações para fenómenos naturais, que fundamenta a legitimidade do poder político na salvaguarda da segurança e da felicidade dos indivíduos e não na entrega do poder a um soberano por Deus, que saúda a expansão do ensino (a começar por párocos e elites sociais), que se revê num século de esclarecimento e de esperança no alargar do conhecimento, que objectivamente igualiza os indivíduos perante Deus, a natureza e o rei, que vê numa natureza imanente o critério geral de compreensão do mundo, da moral e da ciência, um pensamento assim pode ser “anti-iluminista”? Talvez, por contraposição ao pensamento pré-liberal, igualitário, monista, anticlerical e ateu. A defesa de um Estado racional e (e conflitual com as fragmentações de ordens, os poderes eclesíasticos, as verdades eternas), com o recurso à fundamentação jusnaturalista da soberania, e as medidas que lhe estão associadas, obviamente não são nem liberais nem democráticas. Mas chamar-lhes anti-iluministas é impor um quadro universal pouco adequado.

Ora, a questão não é o nome que se lhe dá, ou se existe um iluminismo católico. O que aqui discutimos é, de novo, na tensão cultural do século XVIII, o lugar social da cultura escrita e o estatuto do que se lê. Por

exemplo, não podemos, ao contrário de Israel, ler sermões sobre o terramoto de 1755 como se se tratasse de explicações académicas. Ou as orações e os esconjuros. E sabemos bem como, na sequência do terramoto, se produziu um conflito em torno do que se podia compreender, explicar e fazer. O recurso à providência não surge como explicação que se possa entender literalmente. E a possibilidade de matizar as leituras, de lhes avaliar o sentido, e justamente de não tomar literalmente o que se lê, depende do seu contexto. Falamos do que, nas pastorais do Cenáculo surge como instrumento contra a superstição e a ignorância, falamos da realidade que essas pastorais defrontam, e não a sua inscrição num debate filosófico abstrato, que certamente se pode também fazer.

“A Natureza é Deus”, escrevia Cenáculo numa pastoral onde exaltava a necessidade de conhecer as suas propriedades, a sua diversidade, a urgência em estudar física e história natural.⁶ Pensando em Jonathan Israel e nos seus heróis radicais (que também serão certamente os nossos), essa frase de Cenáculo faz logo lembrar a “*Deus sive natura*” de Espinosa. Claro que, para além de ter de ler o texto de onde ambas foram extraídas, não é indiferente conhecer quem disse uma e outra, e em que circunstâncias se lê um e outro. A frase de Cenáculo acompanha um raciocínio onde se critica o que considera serem os erros dos filósofos do seu tempo, com ateus e materialistas em lugar destacado.

A constituição de bibliotecas no século XVIII tem, pois, um sentido que não depende apenas dos livros que estão catalogados e daqueles que, não estando, aí podem ser acolhidos e consultados. Mas isso coloca o problema do contexto da leitura noutra patamar. O da distinção de património e de competências. A leitura é valorizada pelos dois aspectos. Porque fornece saberes e porque exercita um saber fazer. Esta distinção tem implicações que não são lineares. Ou seja, ao contrário dos paradigmas iluministas, hoje não é defensável estabelecer uma correlação política e moral com eixo na maior ou menor capacidade e prática de leitura.

Ou seja, creio convictamente que quem pode escolher é mais livre, e isso aplica-se por força a quem tem maior acesso a informação, maior domínio de referências, maior capacidade de usar e aceder a nova informação, quem não está sujeito a ser excluído funcional ou socialmente. Mas também aqui as relações são de ter em conta. Essa maior partilha de património e de decisões não implica escolhas morais e racionais, ou pelo menos não numa perspectiva de racionalidade como se poderia

⁶ (Cenáculo, *Instrução pastoral sobre as virtudes da ordem natural*, Beja, 1785.

entender em contexto iluminista, ou visando um bem comum, ou privilegiando um efeito socialmente mais justo.

Hoje essa correlação não é nem necessária, nem credível, e até se pode verificar o oposto. Ou seja, a maior partilha de um património pode levar a resistir a propostas de mudança. Mas como as respostas às nossas perguntas iniciais continuam a ter como referência aquelas bibliotecas de há duzentos anos, noutro contexto, o que vemos é uma forte convicção de que esse alargamento leva necessariamente a uma regeneração. A fronteira do conflito estava (e continuará a estar até recentemente), noutro lado, entre essa ideia de regeneração e a hostilidade de quem não via vantagens em abrir mão de um património. Esses eram aqueles para quem a partilha era desnecessária e podia mesmo ser perigosa, justificada apenas por modas. Por isso, continuam a ser favoráveis a formas de comunicação essencialmente orais e controladas.

O perigo pode ser imaginário? Pode. Mas não é menos real. Esse medo, como a esperança, fazem parte do contexto da leitura e marcam fortemente o seu estatuto.

Recebido em: 01/04/2015

Aprovado em: 10/05/2015